

# Fraude no Senado poderia se repetir

■ Relatório final da Unicamp revela que programa que violou votação secreta não foi destruído por funcionários

DANIELA PINHEIRO

A íntegra do relatório preparado pela Unicamp sobre a violação do painel eletrônico do Senado revela que os funcionários responsáveis pela fraude demoraram 32 horas para restabelecer o sistema que arquiva os dados da votação. Nesse período em que o arquivo ficou sem a proteção que garante o sigilo das votações nominais em plenário, foi votada uma proposta de emenda constitucional. O documento também afirma que o programa idealizado para violar a votação foi copiado em disquete. Isso significa que o programa fraudador poderia ser usado em uma outra ocasião, já que não foi destruído.

De acordo com o depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges, os responsáveis por todas as mudanças e executores da fraude foram seu marido, o analista de sistemas Ivar Alves Ferreira, e o técnico Sebastião Gazzola —que desconhecia a fraude. Todos atendiam um pedido de Regina, que, por sua vez, diz ter recebido ordens dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

No capítulo de introdução, os técnicos da Unicamp escrevem que ali há “indícios mais fortes de violação no sigilo” nos computadores do Senado. Os técnicos traçam a cronologia em um minucioso hora a hora da fraude —que teve início às 7h24 de 28 de junho do ano passado. De acordo com o relatório, o arquivo original foi trocado de diretório e alterado. Meia hora depois de modificado, às 7h55, Ivar Ferreira e Sebastião Gazzola —técnico que o acompanhou, mas que desconhecia a fraude— fizeram um tes-

te no sistema. Eles simularam um voto e obtiveram o resultado esperado. Todo o procedimento terminou às 8h. Ou seja: apenas 35 minutos depois de os analistas terem entrado na sala dos computadores.

A votação da cassação do ex-senador Luiz Estevão teve início às 14h15 e foi encerrada às 14h20. “O conjunto dos indícios sugere que, ao final desta votação, o arquivo votos.db contém a qualidade dos votos de cada senador, contrariamente ao que deveria ocorrer em uma votação secreta”, escreveram os técnicos da Unicamp. Segundo eles, a cópia da lista de votações foi feita às 18h05 em um disquete. O arquivo foi batizado com a sigla “Prs66-00”.

O documento preparado pela Unicamp também descreve os procedimentos nos computadores do Senado nos dois dias seguintes. No dia 29, não houve qualquer modificação no sistema. Naquela tarde, ocorreu a votação da proposta de emenda constitucional 86/99. Nesse tipo de projeto, a votação é aberta e nominal. Não há sigilo a ser quebrado. Já no dia 30, o relato da Unicamp é muito mais consistente. Foi nessa data, exatamente às 15h50, que o sistema foi restaurado por Ivar Ferreira e Sebastião Gazzola. Nesse horário, os funcionários também copiaram para um disquete o programa fraudador denominado de “xxxxx.xxx”. O procedimento foi comprimir o arquivo para o formato “zip” com o objetivo de que coubesse em um disquete para que pudesse ser transportado. Esse disquete pode ainda estar nas mãos dos funcionários.

Brasília—Davi Zocoli



A ex-diretora do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, durante seu depoimento a senadores